



## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUNDO DO TRABALHO EM CONTEXTO NEOLIBERAL**

Simone Fernandes da Silva <sup>1</sup>

### **RESUMO**

As políticas sociais surgem como resposta da administração pública a problemas de natureza econômica, social e política. No contexto neoliberal, concepções focadas no trabalho permeiam as políticas de qualificação profissional, restringindo ao conhecimento pragmático voltado para atividades de trabalho para geração de renda. Por outro lado, numa concepção humanística, os objetivos educacionais são mais amplos, compreendendo o trabalho como um princípio educativo, a formação para cidadania, instigadora da participação política da população. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as políticas educacionais no contexto neoliberal, considerando o mundo do trabalho e a formação para a cidadania. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como aporte teórico Hofling (2011), Demo (1994), Cortina (2005), Benevides (1994), Kuenzer (2007), Frigotto e Ciavatta (2003), dentre outros pesquisadores.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Cidadania, Mundo do Trabalho.

### **INTRODUÇÃO**

As políticas sociais emergem no âmbito do processo de expansão do desenvolvimento do modo de produção capitalista, como construção e resposta social e institucional às demandas entre o capital e o trabalho, mediadas pelo Estado numa relação entre organizações e forças sociais, econômicas e políticas.

Hofling (2001, p. 33) cita sua definição de política social, como “a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema de transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado”, controlando tensões e conflitos entre os grupos inseridos e os não inseridos no processo produtivo. Nesse processo, a política educacional voltada para a qualificação profissional pode contribuir para o ingresso da população nas relações de produção capitalistas. Pois, se de um lado, o capital demanda condições econômicas e sociais básicas para poder ocorrer o processo de expansão econômica, como educação e qualificação técnica para o mundo do trabalho; por outro lado, o capital também produz um processo de desqualificação e descartabilidade da mão de obra, gerando uma ampla demanda de proteção social ao Estado.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, simonedasil\_@hotmail.com.



Nesse contexto, a educação é posta como instrumento para capacitar pessoas para ocuparem postos de trabalho, considerando as exigências de mercado e a competitividade do processo de acumulação.

Segundo Benevides (1994), o cidadão moderno está representado pelo indivíduo cidadão, condicionado à estrutura legal existente, ao pacto social. Diante das desigualdades sociais, a igualdade formal encontra impossibilidades de concretude, exigindo ampliação da cidadania coletiva. Para ser livre e igual numa sociedade desigual, o cidadão individual não conquista por si só os direitos coletivos.

Para isso, é necessária uma educação que possibilite uma formação humana emancipadora, que viabilize a conquista de uma cidadania verdadeiramente democrática, em que o povo seja não só o titular dos direitos como o criador dos direitos, o guardião da democracia e das políticas sociais,

Nessa perspectiva, este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo apresentar uma discussão sobre as políticas educacionais no contexto neoliberal, considerando o mundo do trabalho e a formação para a cidadania.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de leituras de estudos publicados por pesquisadores como Hofling, Demo, Cortina, Benevides, Kuenzer, Frigotto, entre outros, embasando a breve discussão sobre políticas educacionais no contexto neoliberal, considerando o mundo do trabalho e a formação para a cidadania.

Por meio da pesquisa bibliográfica, o pesquisador tem contato com o que é “dito, escrito ou filmado” sobre determinado assunto, possibilitando uma diferente abordagem, uma nova interpretação, do que já foi apresentado sobre a temática. (MARCONI e LAKATOS, 2003)

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O aporte teórico que fundamenta este estudo é composto por Hofling (2011), Demo (1994) e Rua (1998) ao discutir sobre Políticas Públicas Sociais; Estado



Neoliberal a partir de Harvey (2008) e Loureiro e Ribeiro (2011); Cortina (2005) e Benevides (1994) foram aporte teórico para discussão sobre Cidadania; e as novas roupagens da teoria do Capital Humano com Kuenzer (2007), Frigotto [2013?] e Frigotto e Ciavatta (2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas sociais emergem como ações estrategicamente selecionadas de caráter racional e técnica sobre determinados problemas de natureza econômica, social e política, com o objetivo de encontrar respostas no âmbito da administração pública (RUA, 2012).

Concepções instrumentais focadas no trabalho permeiam as políticas de qualificação profissional de orientação neoliberal, restringindo ao conhecimento pragmático voltado para atividades laborativas de geração de renda. Outras direções focadas na inserção e atuação cidadã estão presentes no Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ 2003-2007. Como afirma o Plano (BRASIL, 2003, p. 23),

[...] a qualificação profissional, como uma complexa construção social, inclui, necessariamente, uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, nem muito menos a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico. Por outro lado, quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

Se de um lado, as medidas de melhoria da geração de renda aumentam a possibilidade de ampliação do consumo da população, estendendo a capacidade do cidadão de acessar os bens de mercado, criando possibilidades de reprodução ampliada do capital; por outro lado, não garantem a inclusão social de toda a força de trabalho, limitando a parcelas da população, por isso tem o caráter compensatório. Para Demo (1994), além das políticas de natureza assistencial existem as políticas tipicamente socioeconômicas, como as políticas de emprego, apoio a microempresas, profissionalização da mão de obra, previdência social, saúde e outras.

O Estado, enquanto instância de regulação entre interesses de classe e ou frações e segmentos sociais em contexto neoliberal, enfrenta a ampliação de demandas sociais



face a restrição da intervenção social na economia e na área social. A respeito do papel do Estado na lógica Neoliberal, Harvey (2008, p.12) afirma o seguinte:

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado, mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas [...].

Na história do Brasil, pode-se observar como o Estado tem sido apropriado por diferentes segmentos de classe, como elites agrárias, industriais e comércio, ampliando ou restringindo a intervenção na economia e nos direitos. Atualmente, setores hegemônicos e contra hegemônicos lutam pelo “mercado das políticas públicas”, uma vez que modelos neoliberais e pós-neoliberais disputam a direção do Estado. Em tempos de globalização neoliberal, exige-se do Estado que não interfira de forma centralizadora na execução das políticas sociais, assegurando o mínimo de assistência e proteção social, educação, acesso à justiça, trabalho, saúde e segurança social. De acordo com Hofling (2001, p. 37):

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio.

Na lógica neoliberal o Estado apresenta-se como ineficiente para gerir, repassando a terceiros a responsabilidade das políticas sociais, apontando como responsável pelo sucesso ou fracasso o próprio indivíduo, ou seja, sua lógica é baseada na teoria do capital humano. O indivíduo é responsabilizado e possui a liberdade para capacitar-se, sendo o resultado consequência das suas escolhas. Nessa lógica, o Estado seria forte e apresentaria competência para atuar na fiscalização e controle dos



“mercados”, no entanto, com as atenções voltadas para os setores econômicos da sociedade. De acordo com Harvey (2008, p. 76),

[...] O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo).

Na lógica do capital humano, Kuenzer (2007) chama atenção para inclusão excludente e a exclusão includente como parte de uma mesma totalidade. Na perspectiva da inclusão excludente estaria relacionada à formação educacional quando se inclui as pessoas na educação escolar, entretanto não oferece condições para uma formação de qualidade, que possibilite a inserção no mercado de trabalho, atendendo às necessidades do sistema capitalista. No segundo, na exclusão includente o trabalhador é excluído do mercado de trabalho, no qual possui uma série de direitos e condições favoráveis e (re) incluído em situações de precariedade. Essas duas lógicas estão relacionadas, uma vez que o cidadão, por não ter uma formação de qualidade, passa a ser tratado como responsável por estar excluído do mercado de trabalho.

Seguindo a lógica do capital humano, estão outros conceitos, bastante utilizados atualmente, os de empregabilidade e de empreendedorismo. O primeiro está relacionado à responsabilização do indivíduo em capacitar-se, para saber mais e fazer mais, ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho, de modo que, quanto mais capacitado, maior a empregabilidade. De acordo com Frigotto ([2013?], p. 09),

Empregabilidade, uma noção que busca apagar da memória o direito ao emprego, já que este está dentro de um sistema de regulação social que garante um conjunto de direitos ao trabalhador defendidos por suas organizações. No plano da mistificação, a ideia que se difunde é a de que o fim do emprego é algo positivo para a competitividade e de que, em realidade, com isso todos ganham.

Mas, se o indivíduo não se “encaixa” nas necessidades do sistema e não é inserido no mercado de trabalho, a abertura do próprio negócio apresenta-se como uma solução, tornando-se empreendedor. Nas palavras de Frigotto ([2013?], p. 10): “Para a grande maioria trata-se de um convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais”.



Uma das características do modelo neoliberal são as políticas fragmentadas, que num primeiro momento demonstram um interesse do Estado em solucionar um problema social, mas que ao serem analisadas, percebe-se que são apenas formas paliativas que não resolvem a problemática, uma vez que o foco é direcionado aos efeitos e não às causas da pobreza e desemprego.

Concorda-se com Hofling (2001, p. 39) quando afirma que,

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: programas direcionados a um determinado grupo da sociedade colaboram para redução das desigualdades sociais? A crítica não está nas políticas e programas focalizados, mas sim se estas são as únicas ações do governo. O país necessita sim de políticas voltadas para grupos específicos, que vivem as consequências das desigualdades, mas ao mesmo tempo, necessita de políticas que foquem na base, nas causas do problema, visando à redução desse quadro.

A lógica de mercado, na perspectiva neoliberal, passa a ser incorporada nos diversos âmbitos da sociedade. No âmbito das políticas sociais é observado um enxugamento do Estado, que passa a investir menos recursos financeiros neste campo, terceirizando os serviços públicos que passam a ser geridos pela iniciativa privada e, por fim, a execução de políticas focalizadas que objetiva apenas minimizar a problemática, distanciando-se do caráter de universalidade e de promoção da igualdade social. Conforme Loureiro e Ribeiro (2012, p. 298),

No que se refere à focalização das políticas sociais, esta canaliza os recursos aos setores submetidos à extrema pobreza e tem como objetivo principal a redução de despesas, pois sua abrangência é limitada quando comparada com políticas sociais universais. Benefícios e auxílios concedidos pelo Estado apenas a grupos restritos não carregam consigo a noção de direito social em seu sentido mais amplo, o que é politicamente interessante do ponto de vista do capital.

A importância do acesso à educação como condição de cidadania, e não apenas como formação para o mercado de trabalho, é uma conquista que vem sendo



reivindicada desde a Revolução Francesa, entretanto, o direito à educação tem sua dimensão política, pois a educação para a cidadania democrática requer uma perspectiva crítica que seja capaz de ver nas linhas e entre linhas, no currículo restrito e oculto, as contradições que permeiam a sociedade.

O conceito de educação para uma cidadania econômica diferencia-se do conceito de educação do cidadão produtivo, pois como afirma Frigotto e Ciavatta (2003), enquanto a primeira está relacionada à formação do sujeito político ativo e emancipado, a segunda visa à organização da vida coletiva a partir dos princípios de mercado. Para os autores, a efetivação da cidadania coletiva depende do reconhecimento do sujeito como parte de um coletivo, ou seja, do sujeito político.

Com relação à dimensão da cidadania econômica, o cidadão não se restringe à luta dirigida aos direitos individuais, mas também de direitos e responsabilidades coletivas, pois o exercício da cidadania exige um mínimo de dignidade na satisfação das necessidades materiais e imateriais. A produção econômica exige responsabilidades com o meio ambiente, com o bem-estar coletivo, com o desenvolvimento das culturas e povos, com a segurança humana e a paz social. Nesse sentido, cidadania também implica em responsabilidades pessoais e coletivas com o processo de construção de riquezas, de produção da cultura, de construção e acompanhamento das políticas públicas, exercitando a participação em projetos comuns e assuntos públicos que possam viabilizar transformação da sociedade (CORTINA, 2005).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto neoliberal, de valorização dos interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais, que são tratados como demanda do governo, recebendo o mínimo por serem consideradas como “custo” para o Estado, observa-se a importância da educação, tendo como princípio a formação para cidadania, instigadora da participação política da população.

Num país de grande dimensão territorial como o Brasil, com hierarquias sociais no acesso a terra, à educação, à comunicação, ao trabalho, aos direitos previdenciários e outros, torna-se conflituoso a disputa entre o poder de governar de forma descentralizadora e ao mesmo tempo, enfrentar os graves índices de desigualdades sociais acumulados ao longo da história.



É necessário que as políticas educacionais contribuam para redução das desigualdades, por meio de uma formação humana emancipadora e cidadã, que proporcione uma formação humanística e também para o mundo do trabalho, mas de forma crítica, compreendendo-o como princípio educativo, para que o povo se (re) conheça não só titular dos direitos como o criador dos direitos, o guardião da democracia e das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e democracia. In: **Lua Nova**, n.33, p. 5-16, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ 2003-2007**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo – para uma teoria da cidadania. São Paulo: **Edições Loyola**, 2005.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: **Papirus**, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. [2013?]. Disponível em: <http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf> Acesso em: 11 ago. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, março. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2020.

HARVEY, David. O Neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: **Edições Loyola**, 2008.

HOFLING, Eloisa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex [online]**, v. 21, n. 55, p. 30-41, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2015.

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro; RIBEIRO, Danielle Cristine. Política Social Neoliberal: Expressão da Necessária Relação Estado/Capital em Tempos de Crise Estrutural do Capital. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 16, n. 1, jan./jun. 2011.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. – São Paulo: **Atlas**, 2003.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração / UFSC**, 2014.